

Contra o conto da INCLUSÃO

Ralf Rickli
rr@tropis.org

- 1. Deus, o Diabo e o parece-mas-não-é 1**
- 2. Existe exclusão? (atravessando um questionamento que não é o nosso) 2**
- 3. O que eu faço quando *incluo* 4**
- 4. A verdadeira negação do excluir 4**
- 5. Um olhar sobre algumas expressões relacionadas 5**
 - Educação Inclusiva 5*
 - Exclusividade 5*
 - Igreja, discriminação, convívio 5*
- 6. Rápido diálogo sobre O QUE FAZER... 6**
- 7. PS: duas letras de música 7**
 - “Cidadão” (Lúcio Barbosa) 8*
 - “Volte para o seu lar!” (Arnaldo Antunes) 9*
- Referências bibliográficas 9**

1. Deus, o Diabo e o parece-mas-não-é

Esta é uma imagem que vem me servindo há anos e nas situações as mais diversas: *sempre que Deus apresenta uma boa idéia que poderia ajudar a espécie humana a existir com menos dor, no ato aparece o Diabo com sugestões de uso fora das intenções originais – ou então com uma contrafação: uma imitação que parece ser a mesma coisa em uma versão ainda um pouco mais brilhante, mas cujos efeitos são outros – e a proposta acaba sendo implementada em uma forma que, em lugar de diminuir, termina renovando a já não pequena coleção de dores da humanidade.*

Da distorção do uso, com certeza o exemplo mais óbvio é o dinheiro: uma forma brilhantemente simples de quem planta alfaves compensar o tempo de trabalho de quem lhe faz enxadas mas não gosta de alface: “vale tanto de trabalho humano”. Mais que depressa, começam a aparecer as mais inventivas e aparentemente justas explicações de por quê o meu tempo de trabalho vale duas, dez, cem, um bilhão de vezes o seu... além de todas as fantásticas possibilidades que se abrem se eu acumular vastas quantidades desses “vales” na minha mão.

Para um exemplo de contrafação, ou do “parece mas não é”, podemos imaginar que Deus tenha dito aos primeiros humanos: “se vocês se juntarem em círculos e harmonizarem seus planos de modo que o círculo possa agir como se fosse uma pessoa só, vai ser bem mais fácil superar as suas dificuldades.” E aí entra o Diabo: “Isso! E se um grupo de 12, de 30, de 60 já pode tanto, já imaginaram então uma massa de *milhões* pensando como uma pessoa só? Aliás, alguém aqui se oferece para liderar?”

Usando agora essa imagem para entrar no que é propriamente o nosso assunto aqui, às vezes imagino que Deus tenha dito aos humanos do fim do século XX: “Mas o que é que vocês andam fazendo? *Excluir* a maior parte das irmãs e irmãos humanos do desfrute das conquistas da humanidade, não percebem que isso é um pecado?” E o Diabo: “Isso! Vocês não têm que excluir os outros, vocês têm é que **incluir.**”

2. Existe exclusão? (atravessando um questionamento que não é o nosso)

Muitos já vêm questionando a propriedade de falar de inclusão e de exclusão de pessoas, sobretudo entre os que pensam predominantemente em bases marxistas. Segundo esses, não há excluídos: para funcionar, o capitalismo burguês depende de que haja pessoas exploradas e *inclusive desempregadas* (o famoso “exército de reserva de mão-de-obra”); então, longe de estarem excluídos, os oprimidos estariam incluídíssimos no sistema total; não há nada fora, está tudo dentro.

Tenho que admitir que esse discurso é verdadeiro – mas ao mesmo tempo *não* nega a realidade de “inclusão” e de “exclusão” em outros discursos – e somente um pensar apressado, insuficientemente sistemático, veria aí uma contradição.

“Excluir” e “incluir” algo significam literalmente “trancar algo para o lado de fora” e “trancar algo para o lado de dentro” – onde se impõe imediatamente a pergunta “para o lado de fora ou para o lado de dentro *de quê?*” Recorrendo à limitada mas ainda útil linguagem dos gramáticos: inclui-se uma coisa (objeto direto) *em outra*, o que *não* é um mero “complemento *circunstancial* de lugar”, e sim um complemento verbal (ou objeto) indireto *obrigatório*, sem o qual esse verbo não faz sentido nenhum.

E no entanto hoje vemos falar o tempo todo de “os excluídos” sem definir “excluídos de quê”, ou da importância da inclusão, sem precisar “inclusão no quê”... Como é possível?

Ora, se houvermos reconhecido que o verbo não faz sentido sem essa definição, quase salta aos olhos que se pode estar querendo auferir benefícios da indefinição: havendo necessidade, o elemento deixado indefinido no discurso geral pode ser definido de um modo diferente em cada situação particular, conforme a conveniência. Sem falar de que você pode ter sido levado a trabalhar para uma coisa pensando que é outra...

Tenho a impressão de que estamos aqui em presença do que Marilena CHAUI (1980) chama de “discurso lacunar”, como uma das estratégias da ideologia, entendida essa como “discurso de dissimulação do real”. E neste momento um marxista simplista poderia intervir: “*Eu não disse?* Na verdade nem é preciso definir esse objeto indireto: não há outra coisa, hoje, de que alguém pudesse ser excluído ou incluído, senão o sistema capitalista” – declaração na qual estaria subentendido “... pois todo e qualquer dado da realidade humana não passa de manifestação derivada e dependente (epifenômeno) de uma realidade única, o modo-de-produção”.

E aqui eu já não poderia concordar. Antes de mais nada pelo que (mesmo sem chamar *a ela* de simplista) já me atrevi a objetar em outro artigo à caracterização de ideologia da própria Marilena CHAUI: “a afirmação de que *toda* universalização de um particular é a universalização de um interesse de classe é *ela mesma* a universalização de um particular – desnudando assim o preciso ponto em que o discurso científico marxista (que temos fortes motivos para respeitar) se converte em discurso *ideológico* marxista”, pois “consideramos a ideologia uma estratégia do *impulso de dominação* de modo absolutamente geral, e não podemos deixar de ver a estruturação da sociedade em classes como apenas *uma das formas* de realização desse impulso – uma forma de gigantesca importância histórica, sociológica e econômica, porém de nenhum modo a única”. (***Pedagogia do Convívio*** - RICKLI 2006b - C.IV, ou RICKLI 2005, 0.4)

Independente disso, nem a mais simplista das simplificações feitas do pensamento de Marx ousaria negar que o seu Todo Socioeconômico seja internamente diferenciado, com mobilidade das partes e com inter-relações tópicas (ou localizadas) entre essas – ou voltariamos aos paradoxos dos pensadores eleatas: “não há movimento, porque o ser só poderia se mover no ser, mas o ser se confunde com o ser”...

É fácil entrar em desvarios desse tipo quando se permanece com o pensamento dentro do plano abstrato; já a observação de exemplos concretos em que um determinado princípio se manifesta costuma ser um modo surpreendentemente simples de purgar

tais desvarios:¹ o fato de a matéria do meu corpo não poder ser excluída da Terra não significa que não possa ser excluída desta ou daquela casa, cidade ou país...

Voltando ao socioeconômico de que falávamos, podemos recordar o pedreiro da canção de Lúcio Barbosa (ver letra no capítulo 7 deste artigo), o qual trabalhou na construção de um edifício e agora é impedido não só de entrar mas até mesmo de admirá-lo: é verdade que nem haveria quem pudesse pagar para morar naquele edifício se não houvesse ao mesmo tempo massas forçadas a viver em condições precárias, não importa se na mesma cidade ou em outro continente – de modo que de fato existe uma relação de *pertença mútua* entre os barracos da favela e os edifícios de luxo.

Mas se olharmos agora não para o conjunto, mas para aquele pedreiro (ou, melhor ainda, *da posição* daquele pedreiro), poderemos negar que ele esteja sendo *excluído* do acesso a certos setores da realidade? Ora, a própria placa de vendas do edifício diz “exclusivo”, que significa precisamente “excludente”, “exclutor”.

É verdade que, na situação da canção, ele não está sendo excluído de um setor aleatório da realidade, e sim do desfrute de bens *que ele ajudou a produzir* – mas é importante notar que esse é um *segundo* nível, uma segunda questão. A primeira é se alguma pessoa tem o direito de excluir outra de *qualquer* lugar ou situação.

O terceiro e último passo da resposta, ou melhor: da relativização desse questionamento, consiste em afirmar a viabilidade de descrever do dogma de que não haja na realidade humana nenhuma dimensão significativa além da socioeconômica, ou de que os fatos culturais sejam, sem exceção, apenas epifenômenos do modo-de-produção.

Desta vez servirá de exemplo uma situação que vem conseguindo bastante visibilidade na sociedade atual porém uma aceitação ainda bastante relativa, embora haja indicações de que tenha existido em todas as sociedades e em todos os tempos: um casal de pessoas do mesmo sexo.

O fato de um tal casal ser constituído por um vínculo de desejo homo-orientado não significa necessariamente que qualquer um dos componentes repudie o modo de vida e valores de sua família de origem. Podemos então imaginar um dos membros desse casal desejando ansiosamente participar de uma celebração em sua família original (o nascimento de um sobrinho, um enterro, um simples almoço de domingo – talvez inclusive para rever pessoas que sente como importantes na constituição de sua própria identidade), isso porém sem deixar de fora outra parte essencial de sua vida, que é a pessoa com quem compartilha o cotidiano atual. Numa situação assim ainda é alta a probabilidade de esse casal se ver rechaçado quer por uma, quer pelas duas famílias de origem – e teremos aqui uma efetiva *experiência existencial de exclusão* dentro de um campo outro que o dos determinantes e conseqüências econômicas.

Não faltará, é claro, quem venha dizer que isso decorre das características da família patriarcal, a qual também teria se constituído *apenas* por razões econômicas... Quem quer ser reducionista sempre consegue elaborar um discurso de aparência convincente, pois sempre é possível encontrar algum vínculo entre qualquer par de coisas, e omitir os vínculos que não nos interessam é a coisa mais simples do mundo... e com isto creio que está suficientemente sinalizado um dos campos de onde não é difícil contestar tal discurso reducionista, sem que seja preciso fazê-lo agora.

Mas não duvido que haja também quem critique o próprio casal dizendo que seu interesse por vínculos de afeto familiares não passa de apego a valores pequeno-burgueses ou algo assim – e aí com certeza abandonaríamos o debate: para chorar que pessoas possam ser de tal modo absorvidas por um pensar abstrato que che-

¹ Esse procedimento parece não ser muito apreciado nos meios teóricos hoje em dia, sendo facilmente tachado de “filosofia barata”, “literatura de auto-ajuda” ou coisas assim – mas não consigo ver outra razão senão o receio da perda da posição (ou mesmo do ganho) propiciada pela condição de *expert* em coisas difíceis... que na verdade de difíceis não têm nada: a complexidade é gerada artificialmente no nível da forma que se escolheu para discorrer sobre elas.

guem a perder a conexão com o que existe de mais ancestral e essencialmente humano dentro de si!

Concluindo: há que agradecer ao pensamento marxista por nos haver chamado a atenção para a necessidade de definir o “onde” da inclusão e da exclusão – mas há também que aperfeiçoar a declaração de que “não existe exclusão”, talvez dizendo: **de fato não existe a exclusão, no singular, mas existem sim exclusões.**

3. O que eu faço quando *includo*

Admitido que haja exclusões (conforme a seção anterior), e que não sejam boas, por que foi que sugeri que a idéia de *incluir* é um engodo, uma pista falsa?

São pessoas da maior honestidade intelectual e existencial as que tenho visto dizerem coisas como: “essa pessoa foi excluída do desfrute do bem social; o que podemos fazer para incluí-la?”

O problema aqui é extremamente simples... e imenso: se eu vou incluí-la, o sujeito da ação sou eu, ela é objeto. Tão objeto como quando a excluíram.

Nos dois casos a pessoa está sendo expropriada do direito de decidir por si mesma onde quer estar – o que no meu ver significa não menos que: *expropriada da essência mesma de sua condição de humano/a*.²

Em outras palavras: o problema do excluir uma pessoa é menos o de que ela deixe de desfrutar alguma coisa externa a si, e mais o fato de ser um *ato de dominação*, o que, como tentativa de expropriação da própria humanidade do outro, pode ser entendido como uma espécie de “tentativa de assassinato espiritual”.

Problema de que tampouco está isento o *incluir*.

4. A verdadeira negação do excluir

Depois de chegar à percepção acima pelo caminho conceitual, ainda levei anos para perceber que o problema do “incluir” estava patente na própria palavra: não o fato de ser ex- ou in-, mas de ser *cluir*, isto é: fechar, trancar. Alguns cognatos: italiano *chiudere*, inglês *close* (fechar); latim *clavis* e francês *clef* (chave, tranca); clausura, claustro.

Ao passar de “excluir” para “incluir”, o verbo em si não foi negado: existe apenas uma mudança no sentido do empurrão que dou ao outro antes de cerceá-lo; se o obrigo a ser dos meus ou o obrigo a não ser dos meus.

Mas... se o que quero é negar que alguém seja obrigado a ficar fora, por quê, em lugar de enfiá-lo para dentro, simplesmente não me abstenho de fechar a porta, deixando com ele a liberdade (ou seja, sua condição de sujeito³) para entrar e sair se e quando quiser?

Difícil? Para negarmos o verbo nos basta a palavra “não”: “não excluir”, “não-exclusão”.

Ou, se quisermos ser enfáticos, podemos optar pela fórmula moriniana que extingue a exclusão por suicídio: “excluir a exclusão”.⁴

Só que, para esse ato tão mais simples que “incluir”, eu terei largado a maçaneta da porta, ou seja:

... terei aberto mão de um poder.

² Sobre a qual nos vemos num raro momento de convergência com Aristóteles. Ver capítulo 3.6 de *O fantasma de Aristóteles* (RICKLI 2006a ou o artigo C.V de RICKLI 2006b).

³ Somente depois de escrito este artigo é que fui ler os devastadores comentários escritos em 1976 por ALTHUSSER (1983) sobre a ambigüidade da palavra “sujeito” (*sujeito de* e *sujeito a*). Creio que para trabalhos futuros terei que questionar seriamente se essa é de fato a palavra adequada, mas pelo momento apenas advirto que seu uso aqui é inspirado no sentido gramatical dessa palavra: o de agente (*e senhor*) das ações.

⁴ MORIN 2005, entre outros pontos de sua obra.

5. Um olhar sobre algumas expressões relacionadas

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Este foi o nome dado à extinção, imposta por lei, das antigas salas de Educação Especial e à transferência dos alunos portadores de deficiências para as salas de aula comuns. Não estou aqui defendendo o modelo anterior, mas apenas observando que foi, mais uma vez, uma decisão imposta de cima para baixo por uma classe que combina em si o estilo burocrático e o acadêmico de prepotência...

Houvesse sido uma decisão construída lentamente com efetiva participação de todos os envolvidos – pais, professores, os próprios alunos –, teria sido esse mesmo o resultado? Talvez se tivesse encontrado um caminho novo.

Mas estava pré-definido onde era preciso chegar. E, devido à época e ao estilo do processo, suspeitamos fortemente que menos por razões pedagógicas ou humanitárias que pela imposição de cortes nos gastos públicos feita pelo modelo neo-liberal.

Deixando claro: com certeza há pessoas extremamente sinceras e bem-intencionadas trabalhando por algo decente que tenha traços em comum com o que vem sendo chamado Educação Inclusiva. O que estou dizendo é que implantações por atacado e por decreto são via-de-regra exemplos de “parece-mas-não-é”, seja porque o que acaba surgindo na prática nunca corresponderá ao projeto geral dos altos gabinetes (e isso não por qualquer deficiência, mas por características intrínsecas da realidade, como vem sendo investigado pela Teoria do Caos⁵), seja porque as intenções últimas não são as declaradas – como, no caso, o enxugamento (quando não desmantelamento) dos serviços públicos.

EXCLUSIVIDADE

Não se entenda que minha rejeição à palavra “inclusão” represente qualquer mínimo de simpatia pela *exclusão* – manifestação, juntamente com a *exploração* e com a *opressão gratuita*, do que considero o grande vilão da humanidade, a tentação da dominação.

Nesse sentido, merece atenção a atribuição de valor positivo à palavra “exclusivo” na sociedade atual – significando literalmente “isto é bom porque é *só seu* e deixa os outros de fora”. Vejo esse fato como um sinal trágico de o quanto, como sociedade, ainda estamos longe de haver desenvolvido uma sensibilidade ética: houvéssemos, e essa palavra seria insuportável aos nossos ouvidos; soaria mais brutal que o mais obscuro dos palavrões.

IGREJA, DISCRIMINAÇÃO, CONVÍVIO

Como todos sabem, “igreja” vem do grego *ekklesia*, mas poucos se perguntam sobre o que isso poderia significar em grego à parte o sentido cristão. Consta que vem do verbo *ek-kaléo*, convocar, chamar *para fora*, sugerindo portanto um grupo convocado a se destacar, a sair do meio dos outros. Ou teria (também) a ver com *ek-kléo*, excluir, impedir, proibir?

De qualquer modo, é instigante pensar que *ek-klesia* poderia ter passado ao latim como “exclúsia”... mesmo se a idéia inicial é menos a da exclusão de outros e mais a de uma *auto-exclusão* em relação ao geral: todos os grupos que têm escolhido para si o nome “igreja” têm se visto como de algum modo mais corretos que os demais, mais próximos do projeto de Deus para a humanidade, enquanto o comum dos homens representaria uma decadência ou desvio desse modelo – talvez um pouco à maneira do conto *O Alienista*, de Machado de Assis, onde os loucos, por mais numerosos, terminam soltos pelo mundo, enquanto os sãos ficam isolados no hospício.

⁵ Ver p.ex. STEWART 1991.

O verdadeiro interesse da reflexão sobre essa palavra não me parece ser, porém, a possibilidade de criticar igrejas e outros grupos com práxis semelhante, e sim a percepção de que na verdade *não é fácil determinar qual lado é o de dentro, qual o de fora* – de modo que, no limite, *excluir é simplesmente discriminar*, é colocar uma barreira entre si e o outro (enquanto que incluir é de certa forma forçar o outro a estar consigo).

Entendo **con-vívio** como, entre outras coisas, um estado para lá de exclusão e inclusão – e esse é uma das razões pelas quais o escolhi como categoria central do meu trabalho, tanto do teórico quanto do prático: Filosofia e Pedagogia e do Convívio.⁶

6. Rápido diálogo sobre O QUE FAZER...

– Se minha opção não for por nenhum tipo de *trancar*, e sim por uma *sociedade aberta*, o que terei a fazer diante de pessoas excluídas?

– Simplesmente deixar de excluí-las (ou seja: *deixar de fechar as portas diante delas*).

– Mas, se não for eu o agente exclusor, o que posso fazer?

– Tentar contribuir de um modo ou de outro para que deixem de excluí-la.

– Mas para isso eu teria que, de certa forma, enfrentar o exclusor, em lugar de trabalhar com o excluído...

– Pois é, não? O mesmo que enfrentar a causa (no mínimo intermediária) e não o efeito... O que com toda probabilidade é mais difícil...

– Quer dizer que não há nada a fazer junto aos excluídos?

– Eu não disse isso... Seria até mesmo cínico não levar em conta que um período de exclusão ou sob qualquer tipo de dominação *deixa seqüelas* – por exemplo, desvantagens educacionais, danos à auto-estima etc., de modo que é provável que uma pessoa ex-excluída não se veja em condições de desfrutar da liberdade, seja no sentido de buscar incluir-se, seja no de combater o sistema ou no que for.

– E aí: podemos intervir? Devemos?

– Minha aposta é que podemos e *devemos*... até onde isso não represente um novo golpe de estado nos domínios pessoais desse colega-de-humanidade: sua própria pessoa.

– O que, então?

– Olha, acho que podemos e devemos oferecer apoio à retomada de sua condição de sujeito,⁷ alimento e estímulo à sua autonomia, colaborar na luta de abrir caminhos e mantê-los abertos... colocar à disposição o conhecimento de que eu disponha... quem sabe até apontar possibilidades, fazer sugestões... mas *não* decidir ou realizar seu passo em seu lugar.

– Sim, mas... Puxa, não sei se tenho condições de oferecer tanto!

– Mas de decidir pela inclusão do outro no lugar dele você achava que tinha, não?

– É que aí... existia algum modelo a oferecer, não? Se funcionava não sei, mas pelo menos existia...

– Sei, aí você vendia o modelo, e deixava a tentativa de pôr em prática por conta dele; e também o malogro, de preferência quando você já estivesse longe...

– Não me ponha em crise! Quem disse que *eu* tenho escolhas?

– Ah, você se sente assim... quem sabe também não é um excluído, de certa forma?

– Isso, isso, claro que sim!

⁶ Além do presente volume (“... apontamentos para uma Filosofia do Convívio”), ver **Pedagogia do Convívio: na invenção de um viver humano** (RICKLI 2006b), bem como outros textos disponíveis em www.tropis.org, especialmente através do link “biblioteca”.

⁷ Ver nota 4 deste artigo.

– Então por que não fala com eles de excluído para excluído? Quem sabe aí vocês se reconhecem mutuamente... e talvez até se decidam por uma ação conjunta, em lugar de você ficar fazendo do outro um objeto da sua ação...

– Puxa, verdade: parece que assim as coisas fazem mais sentido, até me vem um certo impulso, um quê de entusiasmo...

– Verdade... mas não pense que as questões acabaram. Por que você acha que aquele excluído lá vai se identificar com a *sua* luta pessoal, a ponto de vocês juntarem forças? Você acha que vai conseguir isso se for inteiramente transparente não só quanto às suas idéias mas também quanto à sua pessoa, sua história, seus desejos? Ou acha legítimo recorrer a um discurso de tipo propagandístico?

– Ai, lá vem você de novo confundir minha cabeça...

– Mas deve valer a pena: já imaginou a hora que, literalmente, não houver mais muros e portas e...

– O quê? Você também não vai querer que essa gente venha literalmente para dentro da minha casa, né?

– Bom...

– E tem mais: quem é que vai me pagar para fazer *isso*?

– É, essa é realmente difícil... Pois onde é que existiria uma fonte com dinheiro apesar de estar realmente contra a continuidade do sistema atual?

– Tá vendo?

– Quer dizer que você acha melhor deixar como está?

– Ah, isso também não!

– E o quê, então?

– . . .

7. PS: duas letras de música

No capítulo 2 fiz referência a uma canção que não é muito conhecida nos meios mais intelectualizados, de modo que provavelmente seja útil transcrevê-la aqui: “Cidadão”, de Lúcio Barbosa, gravada por Zé Geraldo em 1979 no seu disco *Terceiro Mundo*, e depois por nomes como Luiz Gonzaga, Zé Ramalho e Renato Teixeira, entre outros.⁸ Creio que vale a pena registrar ainda algumas observações e indagações sobre essa canção:

- No conjunto com os demais aspectos da letra, a terceira estrofe faz perguntar se esta letra não terá surgido pelo influxo da Teologia da Libertação, quem sabe mesmo no contexto das Comunidades Eclesiais de Base ou outro similar.
- Não se deve supor porém que as chamadas classes populares a ouçam como um conteúdo programático proposto de fora; sempre que a vi apresentada em situações de periferia eu a vi ouvida e cantada com emoção intensa e autêntica.
- Talvez o mais instigante nessa canção seja que seu título seja precisamente “Cidadão” – pois, nas duas vezes em que aparece na letra, essa palavra designa *um agente exclusor*: precisamente a pessoa que não reconhece no protagonista (um pedreiro) a condição de cidadão. O que faz lembrar que em alemão a palavra para “cidadão” é *Bürger* – etimologicamente equivalente a “burguês”... – e com isso perguntas como: “O que são nossas cidades, afinal? E *de quem* são?” No entanto tais cidadãos excludores são mencionados de passagem, e é sobretudo *de si* que o pedreiro fala na canção – e mesmo assim a canção se chama “cidadão”. Ou seja: para lá de sua linguagem não apenas singela mas muitas vezes efetivamente simplória, entrevê-se aí um questionamento que de simplório é que não tem nada...

⁸ *Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira* <<http://www.dicionariompb.com.br>>, acesso em 30.05.2007. Letra recolhida em <<http://vagalume.uol.com.br/ze-geraldo>>, com pontuação revista.

“CIDADÃO” (LÚCIO BARBOSA)

Tá vendo aquele edifício, moço?
Ajudei a levantar.
Foi um tempo de aflição,
eram quatro condução,
duas pra ir, duas pra voltar.
Hoje depois dele pronto
olho pra cima e fico tonto –
mas me chega um cidadão
e me diz desconfiado:
tu tá aí admirado
ou tá querendo roubar?
Meu domingo tá perdido,
vou pra casa entristecido,
dá vontade de beber...
E pra aumentar o meu tédio
eu nem posso olhar pro prédio
que eu ajudei a fazer.

Tá vendo aquele colégio, moço?
Eu também trabalhei lá.
Lá eu quase me arrebento,
pus a massa, fiz cimento,
ajudei a rebocar.
Minha filha inocente
vem pra mim toda contente:
pai, vou me matricular!
Mas me diz um cidadão:
criança de pé no chão
aqui não pode estudar.
Esta dor doeu mais forte
– por que é que eu deixei o norte?
eu me pus a me dizer.
Lá a seca castigava
mas o pouco que eu plantava
tinha direito a colher.

Tá vendo aquela igreja, moço,
onde o padre diz amém?
Pus o sino e o badalo,
enchi minha mão de calo,
lá eu trabalhei também.
Lá sim valeu a pena,
tem quermesse, tem novena,
e o padre me deixa entrar.
Foi lá que Cristo me disse:
rapaz, deixe de tolice,
não se deixe amedrontar:
fui eu quem criou a terra,
enchi o rio, fiz a serra,
não deixei nada faltar...
Hoje o homem criou asas
e na maioria das casas
eu também não posso entrar.

A segunda letra foi escrita por um paulista altamente intelectualizado – Arnaldo Antunes – e ainda assim creio que em nenhuma outra reconheço o dito “excluído” falando de modo tão autêntico e tão de frente, como se as camadas de máscaras usuais no encontro inter-sujeitos e inter-classes houvessem desaparecido – tanto que já usei esta mesma letra como epígrafe ao artigo “Insuficiências da educação, violência e juventude no Brasil: um rumo de atuação”, no qual estendo um pouco mais estes comentários.⁹

“VOLTE PARA O SEU LAR!” (ARNALDO ANTUNES)

Aqui nessa casa ninguém quer a sua boa educação
Nos dias que tem comida comemos comida com a mão
E quando a polícia a doença a distância
ou alguma discussão
Nos separam de um irmão
Sentimos que nunca acaba de caber mais dor
no coração
– mas não choramos à toa

Aqui nesta tribo ninguém quer a sua catequização
Falamos a sua língua mas não entendemos seu sermão
Nós rimos alto, bebemos e falamos palavrão
– mas não sorrimos à toa

Aqui neste barco ninguém quer a sua orientação
Não temos perspectiva mas o vento nos dá a direção
A vida que vai à deriva é a nossa condução
– mas não seguimos à toa

Volte para o seu lar! Volte para lá!
Volte para o seu lar! Volte para lá!

Referências bibliográficas

- ALBIN, Ricardo Cravo (2007). *Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira*. Em <http://www.dicionariompb.com.br> - consultado em 30.05.2007
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- ANTUNES, Arnaldo (1990). *Volte para o seu lar*. Em: Marisa Monte. *Mais* (disco). São Paulo: EMI.
- BARBOSA, Lúcio (2007). *Cidadão*. Em <http://vagalume.uol.com.br/ze-geraldo/> , recolhido em 30.05.2007.
- CHAUÍ, Marilena (1980). *Ideologia e educação*. In *Revista Educação e Sociedade*, nº 5. São Paulo.
- MORIN, Edgar (2005). *O método 6. Ética*. Porto Alegre: Sulina.
- RICKLI, Ralf (2005). *Mestres humanos ou crias de Frankenstein: contribuições para a criação holográfica do par interdependente “democracia viável” e “formação profissional conseqüente em educação”*. São Paulo: Trópis. Também em www.tropis.org/biblioteca
- (2006a). *O fantasma de Aristóteles e a Ética, Método e Educação de que precisamos hoje*. Santos: Trópis. Em www.tropis.org/biblioteca
- (2006b). *Pedagogia do Convívio: na invenção de um viver humano*. Santos: Trópis.
- STEWART, Ian (1991). *Será que Deus joga dados? A nova matemática do caos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

⁹ A canção foi gravada por Marisa Monte no disco *Mais*. O artigo se encontra em RICKLI 2006b (**Pedagogia do Convívio**), B.I